



AGÊNCIA NACIONAL DE  
TRANSPORTES TERRESTRES

# CURSO DE FORMAÇÃO

Especialista em Regulação de Serviços  
de Transportes Terrestres

## CADERNO DE PROVA OBJETIVA

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

- 3 Durante a realização da prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

CONCURSO PÚBLICO



**cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
[www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br)  
[sac@cespe.unb.br](mailto:sac@cespe.unb.br)

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

## PROVA OBJETIVA

As alterações previstas contratualmente nos encargos da concessionária ou nas receitas da concessão impõem revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos das concessões. Acerca do equilíbrio contratual e dos mecanismos de revisão e reajustes tarifários, julgue os itens a seguir.

- 1 Receitas alternativas, complementares e acessórias podem, a critério da ANTT, ser apropriadas pelos concessionários, bem como ser investidas na modernização de ativos, com vistas a proporcionar ganho de eficiência operacional. Contudo, não podem ser objeto de revisão ordinária.
- 2 As revisões extraordinárias, realizadas com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em hipóteses diversas, podem ser realizadas a qualquer momento e seus efeitos financeiros podem ser incorporados imediatamente à tarifa.
- 3 Nas revisões quinquenais, serão consideradas as repercussões no cronograma financeiro decorrentes de modificações no Programa de Exploração da Rodovia (PER) motivadas por alteração de valor, inclusão, exclusão, antecipação ou postergação de obras ou serviços, com o objetivo de compatibilizar o PER com as necessidades advindas da dinâmica do sistema rodoviário, apontadas por usuários, concessionária e corpo técnico da ANTT.
- 4 O reajuste objetiva incorporar à tarifa básica de pedágio vencedora do leilão os efeitos da inflação.
- 5 O primeiro reajuste contratual da tarifa básica de pedágio (TBP) será realizado um ano após a assinatura do contrato, e os reajustes subsequentes serão efetivados anualmente, sempre na mesma data.

No que se refere ao Programa de Investimentos em Logística (PIL), julgue os itens seguintes.

- 6 Os contratos impõem aos concessionários as seguintes obrigações: obtenção das licenças ambientais e realização de todos os investimentos, incluindo os de duplicação ou os de ampliação de capacidade, em um prazo de sessenta meses, contado a partir do início das concessões.
- 7 Uma das grandes inovações desse programa refere-se à obrigação, por parte do concessionário, de duplicar 10% da rodovia para iniciar a cobrança de pedágio e de duplicar toda a rodovia em cinco anos, como forma de assegurar a realização dos investimentos privados.

O objetivo das concessões é transferir à iniciativa privada a prestação dos serviços que, apesar de serem essenciais à sociedade, não precisam, necessariamente, ser oferecidos pelo poder público. Com relação aos processos de outorga, julgue os itens que se seguem.

- 8 Após a fase de estudos preliminares, inicia-se o processo de participação e controle social, conduzido pelo Conselho Consultivo da ANTT, canal institucionalizado de participação da sociedade civil, o que propicia a circulação de poder político, devido à possibilidade do controle democrático pela sociedade dos conteúdos da política regulatória.
- 9 O plano de outorga, documento em que se sintetiza a modelagem técnica e econômico-financeira do projeto, é submetido inicialmente ao Ministério dos Transportes e, posteriormente, ao Tribunal de Contas da União, no âmbito do 1.º Estágio de Fiscalização dos Processos de Concessão para Exploração de Rodovias Federais.
- 10 O Ministério dos Transportes é responsável por autorizar a realização dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental referentes aos lotes rodoviários que poderão ser concedidos à iniciativa privada, cabendo à Empresa de Planejamento e Logística a estruturação dos projetos de concessão.

Julgue os próximos itens, relativos a seguros e garantias de execução contratual e processo licitatório para a concessão de rodovias.

- 11 Após a publicação oficial do extrato do edital de licitação de uma concessão, as propostas dos interessados deverão ser formuladas em um prazo que varie entre trinta 30 e 60 dias, a critério da ANTT.
- 12 A ANTT, como cossegurada, deve acompanhar o vencimento e a entrega das apólices de seguros, as quais, geralmente, são de riscos operacionais, lucros cessantes, responsabilidade civil e risco de engenharia. A apólice de seguro de risco de engenharia relativa a obras novas, ampliações ou melhoramentos deve ser apresentada, obrigatoriamente, à ANTT.
- 13 A única garantia permitida em contratos de concessão é o seguro-garantia, cujo valor é fixado no contrato de concessão e reajustado anualmente na data em que for alterada a tarifa básica de pedágio.

Com base no que dispõe o PER, julgue os itens de **14 a 18**.

- 14 Os contratos de concessões federais, atualmente em sua terceira etapa de licitação, têm sido alterados em diversos aspectos, inclusive nos que se referem à organização das obrigações do PER. Uma dessas alterações diz respeito ao conceito de obras e serviços condicionados ao volume de tráfego, definição que contempla investimentos na ampliação da capacidade da rodovia.
- 15 Trabalhos iniciais, recuperação e manutenção são grupos que reúnem serviços e obras com características comuns realizados pelas empresas concessionárias em períodos de duração semelhantes.
- 16 As obrigações estabelecidas para a realização de concessão incluem investimentos em obras de adequação e recuperação infraestruturais; custos operacionais com operação e manutenção de equipamentos de monitoração, cobrança de pedágios e socorro aos usuários; e recursos para a realização de fiscalização pela ANTT, para o aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e para o desenvolvimento tecnológico.
- 17 No PER, a manutenção da rodovia é uma atividade caracterizada financeiramente como custo operacional, dado o fato de a operação rodoviária depender dessa atividade, conforme os padrões de nível de serviço estabelecidos na concessão.

- 18 A realização de uma avaliação extraordinária para a análise de atualização tarifária e o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato é justificada pela necessidade de execução de obras voltadas ao aumento do volume de tráfego, previsto no PER.

Com relação a elaboração e análise de projetos de infraestrutura rodoviária, julgue os itens que se seguem.

- 19 O projeto executivo, que corresponde ao volume II dos projetos apresentados à ANTT para análise, deve conter a descrição do problema tratado, as alternativas de soluções propostas, a justificativa da solução selecionada, a memória de cálculo para o dimensionamento dos elementos de projeto e os projetos (geométrico, de drenagem, de pavimento e de sinalização).
- 20 A análise dos projetos executivos de engenharia rodoviária é realizada pela ANTT em dois momentos. Primeiramente, verifica-se a validade da solução proposta no projeto à demanda do local em análise, com base em um enfoque funcional/operacional. Por fim, avalia-se a adequação normativa da elaboração dos projetos. A verificação dos dimensionamentos presentes no projeto não é feita pela ANTT, sendo de total responsabilidade da empresa concessionária.
- 21 Os projetos *as built* devem ser apresentados pela concessionária a cada revisão quinquenal, com vistas a comprovar os investimentos realizados e a subsidiar as revisões de TBP.
- 22 A fim de conferir celeridade à análise dos projetos elaborados pelas concessionárias, a ANTT recomenda o uso do formato de caderno de projetos, constante do Manual de Projetos Geométricos de Rodovias Rurais (IPR-706) do DNIT.
- 23 A apresentação de projeto executivo é requisito para a análise e para a aprovação de projeto rodoviário de obra de construção ou manutenção, sendo dispensável apenas em caso de os serviços da obra promoverem a recomposição exata do elemento da rodovia.

Com base no Regulamento dos Transportes Ferroviários (RTF), Decreto n.º 1.832/1996, julgue os itens a seguir.

- 24 A administração ferroviária não pode impedir a travessia de suas linhas por outras vias, tendo apenas a prerrogativa de fixar o ponto de cruzamento, que, excepcionalmente, pode ser estabelecido em passagens em nível, as quais devem ser eliminadas gradativamente, arcando o responsável pela via mais recente com os encargos de construção.
- 25 Administração ferroviária é a empresa privada ou órgão público criado para, mediante concessão, permissão ou autorização, construir, operar ou explorar ferrovias, atividades de titularidade do Estado.
- 26 O direito de passagem ocorre apenas se o tráfego mútuo for impossível; em regra, deve-se operar em tráfego mútuo.
- 27 As tarifas cobradas pelas ferrovias podem ser negociadas diretamente com o usuário, desde que se adote o mecanismo de tarifação segundo o qual deve haver igualdade entre a receita bruta e a receita requerida, para remunerar todos os custos de produção, incluindo a taxa de remuneração da concessionária, uma vez que esse método é o único que permite a cobertura de todos os custos e assegura a taxa de retorno inicialmente pactuada no contrato de concessão.

Acerca dos modelos de exploração da infraestrutura ferroviária, julgue os itens que se seguem.

- 28 De acordo com o PIL, o modelo de concessão de ferrovias deve ter por princípios o acesso livre à infraestrutura ferroviária e a separação entre as atividades de gestão de infraestrutura e a operação de trens.
- 29 Segundo o novo modelo de concessões ferroviárias, a concessionária detém o direito de exploração da ferrovia — sendo remunerada pela VALEC, por meio da tarifa de disponibilização de capacidade operacional, em contrapartida à cessão de direito de uso — e a VALEC oferta a capacidade adquirida aos operadores ferroviários independentes.
- 30 Entre as inovações do novo marco regulatório para a exploração de ferrovias incluem-se a exploração da infraestrutura ferroviária, por meio de permissão aos operadores ferroviários independentes, e a realização, pela VALEC, da regulação dos procedimentos e das condições para cessão a terceiros da capacidade de tráfego disponível na infraestrutura ferroviária explorada por concessionários.
- 31 No Brasil, atualmente, há concessionárias regionais que exploram o serviço de transporte ferroviário de cargas segundo o modelo horizontal, no qual a exploração da infraestrutura ferroviária, a cargo da VALEC, é separada da operação do transporte, a cargo das concessionárias.

No que diz respeito aos contratos de concessões e à atividade de regulação do transporte ferroviário no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 32 As portarias expedidas pelo Ministério dos Transportes anteriormente à criação da ANTT não foram recepcionadas por essa agência, criando-se uma lacuna regulatória durante o período de transição.
- 33 Não constam, nos atuais contratos, previsão de fontes de receitas alternativas e metas de segurança e produção, em razão de os primeiros contratos de concessão ferroviária terem sido firmados em um momento de lacuna regulatória.
- 34 Atualmente, considera-se usuário dependente de ferrovia aquele que não disponha de material rodante para uso ferroviário ou outro modo de transporte para o recebimento ou para o despacho de produtos e insumos, ou aquele que realize, ou se comprometa a realizar, investimentos nas malhas concedidas.

Acerca dos requisitos técnicos para concessões ferroviárias, julgue os itens a seguir.

- 35 Cabe ao estado da federação autorizar a exploração de serviço de trens turísticos por sociedade empresária, sendo vedado à ANTT atuar na referida implantação, que não é caracterizada como serviço público.
- 36 Todos os prazos de concessão ferroviária em vigor são de trinta anos.
- 37 No modelo atual, para que as metas da RFFSA sejam atendidas, a concessionária é obrigada a fazer investimentos na melhoria dos serviços por ela oferecidos, mas cabe à Rede Ferroviária Federal a responsabilidade pela decisão acerca de quais investimentos devem ser feitos na malha sob sua administração.
- 38 Um dos obstáculos à maximização da utilização da malha ferroviária instalada no Brasil e à ampliação desta consiste na dificuldade de interpenetração de uma malha com a outra.
- 39 A prestação de serviço público sob o regime de concessão deve ser feita somente mediante licitação.
- 40 Uma das principais características do atual modelo de concessão ferroviária no Brasil é a baixa concorrência direta entre as concessionárias.
- 41 Um usuário, sendo detentor de locomotiva, pode contratar serviços de licenciamento e equipagem junto à concessionária, em cuja malha deve ter permissão para circular.

Com relação a transporte ferroviário de passageiros, julgue os próximos itens.

- 42 O PIL, criado pelo governo federal em 2012, visa restabelecer o planejamento integrado dos transportes, a partir da implantação de uma rede de infraestrutura de transporte moderna e eficiente, para fomentar o desenvolvimento econômico e social do país. Nesse contexto, os futuros operadores de serviços de transporte ferroviário a trafegar nas novas ferrovias implantadas pelo PIL deverão realizar contrato operacional específico junto à VALEC; e a ANTT regulará a forma como esses contratos serão pactuados.
- 43 O disciplinamento do tráfego mútuo e o direito de passagem de trens de passageiros e cargas são atribuições do Ministério dos Transportes, que pode, no entanto, delegar competência à ANTT para tal fim.
- 44 A autorização para prestação de serviços de transporte ferroviário eventual de passageiros com finalidade cultural é dada ao ente interessado somente após a apresentação à ANTT de requerimento e documentação especificada em resolução específica. Além disso, será obrigatória inspeção técnica e operacional da ANTT para verificar as condições operacionais e de segurança.
- 45 A Superintendência de Serviço de Transporte de Passageiro da ANTT faz a gestão dos contratos de concessão, entre os quais se pode incluir o serviço de transporte ferroviário regular de passageiros da EFVM, trecho Vitória/Belo Horizonte, sob a operação da Vale S.A., que abrange também o transporte de carga.
- 46 Segundo dados estatísticos da ANTT, atualmente estão em operação, mediante autorização do transporte eventual de passageiros, 17 trechos de trens turísticos, sendo a linha do Cosme Velho/Alto do Corcovado e a do Pátio de Cinco Pontas/Cabo de Santo Agostinho (Trem do Forró) as que transportam o maior número de passageiros por ano.

No que se refere à regulamentação da prestação de serviços do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, julgue os itens subsequentes.

- 47 Os serviços sob o regime de fretamento são de livre oferta pelas operadoras habilitadas junto à ANTT e possuem controle tarifário.
- 48 A viagem direta e a semidireta são realizadas com objetivo de atender exclusivamente aos terminais da linha.
- 49 Caso seja excedida a franquia fixada, o passageiro pagará até cinco por cento do preço da passagem correspondente ao serviço convencional pelo transporte de cada quilograma de excesso de bagagem.
- 50 Toda pessoa maior de sessenta e cinco anos de idade tem direito à gratuidade do transporte coletivo urbano interestadual e das tarifas de pedágio.
- 51 Qualquer cidadão que se desloque de uma cidade à outra em estados distintos, por meio de transporte rodoviário interestadual, poderá levar no porta-embrulhos, de forma gratuita, volumes de qualquer dimensão, desde que não ultrapassem cinco quilos de peso total e não comprometam o conforto, a segurança e a higiene dos passageiros.
- 52 O transporte rodoviário interestadual de passageiros permite que passageiros sejam transportados em posição vertical nas linhas de características semiurbanas.
- 53 O portador de deficiência auditiva tem direito ao passe livre no transporte rodoviário urbano de passageiros.
- 54 A ANTT não tem gestão sobre as taxas de embarque, porém pode estabelecer, por norma complementar, requisitos mínimos que devem ser observados em relação à operação adequada do serviço nos terminais rodoviários de passageiros.

Ainda tendo como referência a regulamentação da prestação de serviços do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, julgue os itens que se seguem.

- 55 O transporte interestadual e internacional de passageiros, sob regime de fretamento, é caracterizado pelos serviços em circuito fechado, que necessitam de prévia autorização da ANTT.
- 56 O processo administrativo ordinário previsto em resolução da ANTT estabelece a multa como penalidade por cometimento de infração.
- 57 A notificação por edital é vedada à permissionária de serviço de transporte rodoviário de passageiro contra a qual haja processo administrativo ordinário instaurado.
- 58 A perda de condições econômicas enseja a declaração da caducidade de permissionário de serviço de transporte rodoviário de passageiros.
- 59 A fiscalização econômico-financeira das permissionárias de transporte rodoviário, que são selecionadas de forma amostral, é realizada por meio de análise documental das informações apresentadas à ANTT.
- 60 A prestação não regular de serviços de transporte terrestre coletivo de passageiros depende de autorização.

Acerca da delegação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, julgue os itens de 61 a 66.

- 61 Como subsídio à elaboração dos planos de outorga referentes aos serviços semiurbanos de passageiros, foi realizada, em 2010, pesquisa de campo para caracterizar os serviços e identificar a demanda e a oferta, manifestas em campo, das linhas de curta distância. No planejamento dessa pesquisa, a ANTT utilizou informações do banco de dados de 2008 do Sistema de Controle de Dados dos Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros (SISDAP).
- 62 Como os serviços de transporte internacionais de passageiros (semiurbanos e rodoviários) são de interesse público fundamental para a integração dos países, a delegação desses serviços deve ser feita por meio de permissão.
- 63 Para evitar a descontinuidade nos serviços com contratos vencidos, a ANTT editou, em 2008, duas resoluções que estabeleceram o regime de permissão especial para prestação dos serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros.
- 64 Os serviços interestaduais semiurbanos têm extensão de até 75 km e possuem características de transporte urbano. Dada a ocorrência predominante desses serviços no DF e entorno, a ANTT elaborou um plano de outorga específico para essa região.

- 65 As linhas de curta distância do transporte rodoviário apresentam um impacto urbano acentuado, pois conectam cidades próximas com interdependência econômica direta. Dessa forma, a ANTT necessitou distinguir o tipo de serviço prestado em cada linha, para agregar no processo licitatório os condicionantes operacionais pertinentes para as linhas de caráter efetivamente semiurbano.
- 66 Com relação a expansão, origem e destino, o total de passageiros para cada linha por par origem/destino, em ambos os sentidos, é computado com base na média de passageiros no mês de maior demanda.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito da delegação dos serviços interestaduais operados por ônibus do tipo rodoviário.

- 67 A ANTT avaliará, durante toda a vigência do contrato de permissão, os serviços prestados pelas permissionárias, com base no sistema de avaliação de desempenho, que é um conjunto de métodos e avaliação de resultados com base em índices e indicadores de desempenho.
- 68 Na pesquisa de campo realizada pela ANTT/FIPE, os estudos desenvolvidos foram divididos em três etapas principais: planejamento da pesquisa, pesquisa de campo e tratamento estatístico. No planejamento, foi elaborada uma metodologia de pesquisa, na qual foram definidas as características e os procedimentos da pesquisa, tais como: o plano amostral; os instrumentos de coleta; e os processos de coleta, crítica, digitação e consistência dos dados.
- 69 A licitação dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros foi definida em sistemas de lotes de quotas, para viabilizar a manutenção de todos os atendimentos atuais. Somado a isso, também foram contemplados, no plano de outorga, novos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros, que serão operados por seção principal ou por seção secundária.
- 70 Na licitação dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros, operados por ônibus do tipo rodoviário, foi utilizado um modelo de remuneração semelhante ao utilizado para os serviços semiurbanos, considerando-se, na metodologia de apuração, os mesmos critérios de regionalização e gratuidade.

No que diz respeito a temas transversais da ANTT, julgue os itens subsequentes.

- 71** Cabe aos chefes de portfólio da Agenda Regulatória da ANTT 2013/2014, bem como aos seus respectivos suplentes, acompanhar o conjunto de projetos específicos de um ou mais eixos temáticos sob sua responsabilidade.
- 72** A carta de serviços é elaborada pela concessionária ou permissionária, com o intuito de fornecer informações aos cidadãos usuários do sistema de transporte sobre os valores dos custos tarifários.
- 73** A Agenda Regulatória da ANTT 2013/2014, organizada em oito eixos temáticos, contempla os temas correlatos e prioritários que serão discutidos em um período de dois anos pela agência, cabendo ao comitê gestor dessa agenda coordenar as revisões ordinárias anuais.
- 74** Os eixos temáticos 3 e 4 da Agenda Regulatória da ANTT são coordenados pela Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros e se referem, respectivamente, ao transporte rodoviário de cargas e ao transporte multimodal.

No que diz respeito à regulação de transporte de produtos perigosos, julgue os itens a seguir.

- 75** A ANTT definiu, taxativamente, por meio de resolução, o que deve ser considerado produto perigoso para fins de transporte.
- 76** Os veículos e equipamentos de transporte de produtos perigosos a granel devem ser inspecionados por organismos de inspeção acreditados, sob a supervisão de agentes especializados do Ministério da Saúde, conforme estabelecido nos manuais da ANTT.
- 77** O transporte de produtos perigosos pode ser realizado, no modal rodoviário, em veículos classificados como mistos.
- 78** Durante o transporte de produtos perigosos, o condutor do veículo e os auxiliares devem utilizar equipamentos de proteção individual adequados ao tipo de produto transportado.
- 79** As embalagens que acondicionam produtos perigosos devem ser fabricadas conforme parâmetros estabelecidos em regulamentação e devem apresentar marcação ONU.
- 80** Substâncias e artigos com risco de explosão em massa, gases inflamáveis, substâncias oxidantes e substâncias sujeitas à combustão espontânea pertencem à mesma classe de produtos perigosos.



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos